

● *Tema da Semana*

## DIRETRIZES DE CARREIRA: UM DEBATE EM ABERTO

**A** Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento promoveu no dia 4 de novembro passado um Workshop reunindo os coordenadores de Recursos Humanos dos ministérios com maior número de servidores. Na pauta, a discussão sobre os rumos e os caminhos a serem seguidos pela administração pública federal no que se refere às diretrizes de carreira.

Organizado pela ESAF – Escola de Administração Fazendária –, o encontro reuniu representantes de 10 ministérios com técnicos da Secretaria de Recursos Humanos e da Casa Civil que foram estimulados nas discussões por cinco consultores de várias tendências.

O foco da política de recursos humanos da administração pública federal é a criação de uma nova política para as carreiras e as negociações coletivas, tema que, na avaliação dos técnicos, só será resolvido no médio e longo prazo.

Entretanto, o governo deverá sinalizar algum caminho a ser seguido já no início de 2005. As discussões devem caminhar para a desvinculação do tema de carreiras da política remuneratória.

Esse é um debate importante que vem sendo travado nos vários níveis do governo para se construir uma proposta que atenda aos modernos princípios de gestão pública. Atualmente, as carreiras são mui-

to diferentes e desiguais, com várias definições conflitantes, dificultando o órgão gestor de recursos humanos promover alterações sem que isso signifique uma mudança em que alcance a todos.

Apenas a diplomacia e os militares seguem hoje um modelo efetivo de carreira no setor público. Na diplomacia, o servidor presta exame para o Instituto Rio Branco. Se aprovado, ingressa no Itamaraty no cargo de terceiro secretário – sua ascensão até chegar a embaixador irá depender de exames internos. Na carreira militar, o soldado percorre várias patentes até chegar a general.

### CARREIRA FOI TAMBÉM DO II SIPEC

O debate está aberto e intenso dentro do governo. As discussões vêm acontecendo no âmbito governamental desde o ano de 2003 e se intensificaram em 2004. Durante o II SIPEC – Encontro dos Dirigentes de Recursos Humanos da Administração Pública Federal, realizado em Brasília nos dias 6, 7 e 8 de outubro passado, promovido pela SRH, essa foi uma das principais questões debatidas.

Na ocasião, especialistas da Espanha e França apresentaram o modelo de carreira implantado em seus países para discussão com os dirigentes do SIPEC e troca de experiências.

### *Em Destaque*

## PESQUISA AO ALCANCE DE TODOS

Os técnicos da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento desenvolveram um software destinado a medir o nível de satisfação do usuário de serviços públicos.

A versão 1.0 está disponível para uso gratuito de todos os órgãos da administração pública, federal, estadual e municipal, e pode ser considerada um excelente instrumento de apoio para a melhoria dos serviços públicos prestados ao cidadão.

Maiores informações podem ser obtidas no endereço: [www.pqsp.planejamento.gov.br](http://www.pqsp.planejamento.gov.br).

*Em Destaque*

## GOVERNO REGULAMENTA GRATIFICAÇÃO DOS MÉDICOS PERITOS

O governo federal publicou na semana passada a regulamentação da gratificação de desempenho para os médicos peritos do INSS. O Decreto 5.275/04 estabelece que a GDAMP (Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial) será paga nos percentuais de até 30% sobre o vencimento básico do servidor, conforme os resultados da avaliação individual; e até 25% sobre o maior vencimento básico da Tabela de 40 Horas Semanais, conforme as metas de desempenho institucional.

A GDAMP foi instituída em fevereiro deste ano, quando da criação da carreira de Perícia Médica da Previdência Social, reunindo médicos do quadro de pessoal do INSS, da carreira previdenciária e da carreira da Seguridade Social, que vinham atuando como peritos nas unidades do INSS.

Em outubro, o Ministério do Planejamento autorizou o INSS a realizar concurso para a contratação de 1.500 médicos peritos, cuja nomeação se dará a partir de janeiro de 2005. Com essa medida, o órgão poderá reduzir significativamente a terceirização dessa atividade, que se

realiza atualmente mediante credenciamento de médicos particulares em casos de emergência.

O último concurso público para a categoria foi realizado em 1976, o que motivou a terceirização da atividade, já que o quadro de pessoal não mais comportava a demanda, gerando problemas de atendimento e ineficiência na condução desse serviço público.

Com a edição do Decreto 5.275/04, são fixados os parâmetros a partir dos quais o INSS deverá agora estabelecer os procedimentos específicos e fatores de avaliação individual dos servidores, bem como as metas de desempenho institucional, elaboradas em consonância com o que é preconizado no Plano Plurianual.

Os médicos enquadrados carreira já vêm recebendo a GDAMP desde fevereiro, mas em valores menores, correspondentes a 25% sobre o vencimento básico, até que sejam processados os resultados da avaliação de desempenho individual. Também é atribuído aos servidores o percentual de 60%, a título de avaliação institucional.

## SECRETÁRIO VÊ DE PERTO QUESTÕES FUNCIONAIS DO RJ

O secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, esteve no Rio de Janeiro em visita a vários órgãos federais para conhecer de perto as questões funcionais específicas de cada órgão.

A sua primeira parada foi na FIOCRUZ onde teve a oportunidade de conhecer as instalações e as pesquisas desenvolvidas pelo hospital da entidade. Além disso, discutiu com os vários representantes de recursos humanos do órgão a condição remuneratória dos servidores.

Em seguida, Mendonça e equipe foram conhecer o funcionamento do arsenal da Marinha e depois se reuniram com os coordenadores de Re-

curso Humanos dos órgãos federais do Rio de Janeiro.

Na conversa, o secretário ouviu dos servidores o apreço pelo contato direto e a necessidade urgente de promover um curso sobre a Emenda 41 que modificou as regras de aposentadoria dos servidores públicos, o que deverá ser feito em breve.

Segundo os coordenadores de RH do Rio, é a principal demanda de informação dos servidores federais lotados no Rio e os órgãos não estão suficientemente informados sobre as alterações no regime de previdência pública.